

Professor pede programa de urgência para ensino

12 JUL 1990

CORREIO BRASILEIRO

Educação

Um programa nacional de emergência com a participação das universidades federais e o apoio do sistema de telecomunicações, seria o caminho mais adequado para a educação brasileira hoje poder atender a uma população de aproximadamente 35 milhões de analfabetos, 8,5 milhões deles na faixa de 7 a 14 anos e que jamais passaram por qualquer tipo de escola.

Esta é a opinião do professor Waldyr Bedê, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação que realiza em Brasília, amanhã e sexta-feira, o seu III Fórum Nacional reunindo secretários e dirigentes municipais de educação de todo o País.

Durante o III Fórum — que no ato de inscrição dos participantes vai realizar uma eleição de intenção de votos sobre os presidenciáveis — serão debatidas e elaboradas propostas que atendam aos principais objetivos da entidade: busca de uma escola pública universal, gratuita e de qualidade; a valorização da comunidade local como gestora e participante ativa do ensino básico através da escola fundamental de 1º grau; e a valorização dos profissionais de educação.

Segundo o presidente da Undime, Waldyr Bedê, é preciso defender a escola pública como solução para o problema da educação. Para isso, afirma Bedê, é preciso que a municipalização do ensino não se limite a uma “prefeiturização” das responsabilidades e sim que a comunidade seja cogestora ativa do processo educacional, pois só com isso se alcançará uma mudança essencial na estrutura de ensino brasileiro: “Em tese, de acordo com a nova Constituição, é o poder municipal que vai gerir o ensino básico, mas isso, na

prática, não modifica nada. O que é importante, até mesmo como uma forma de se exercer a cidadania, é que as escolas municipais de 1º grau tenham a presença ativa de conselhos comunitários”, explica Bedê.

Em relação à valorização do profissional de educação, o presidente da Undime acredita que é urgente o estabelecimento de um piso salarial para os professores como uma forma inicial de se atender às exigências mínimas dos responsáveis pelo ensino. “Há casos relatados por companheiros nossos que, com os salários que ganham, não podem sequer comprar os produtos básicos de higiene pessoal. Esta é a realidade perversa da educação brasileira”, lamenta o dirigente.

Waldyr Bedê considera que a reforma tributária não foi suficiente para dotar os municípios de recursos que atendam aos novos encargos com a educação. Isso só seria possível, diz ele, se pudessemos eliminar os gastos com as despesas indiretas que nos levam à situação absurda de dispender 70 por cento do orçamento fora da sala de aula, que só fica mesmo com 30 por cento dos recursos. E preciso reverter essa equação com a redução do supérfluo em todos os diferentes níveis governamentais, do federal ao municipal, passando pelo estadual.

Outro absurdo apontado por Waldyr Bedê refere-se ao decreto que sangrou a arrecadação da contribuição social de 2,66 por cento sobre a folha de pagamento bruta de toda empresa nacional: um decreto do tempo da ditadura, segundo Bedê, suspendeu a incidência dessa contribuição sobre a remuneração dos diretores das empresas, das retiradas regulares dos sócios e das folhas de pagamento das empresas rurais e pecuárias.